

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.121, DE 2008 (PLS nº 26/00)

Altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei suprime a obrigatoriedade de apresentação ao Congresso Nacional da programação monetária trimestral, extingue a prévia vinculação de reservas internacionais em valor equivalente como critério para emissão de moeda e dispõe sobre a forma pela qual o Congresso Nacional será informado pelo Presidente do Banco Central do Brasil das diretrizes, da execução e dos resultados da política monetária.

Art. 2º A Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

“Art. 6º-A. O Presidente do Banco Central do Brasil apresentará, em reunião de audiência conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, as diretrizes, a implementação e os resultados da política monetária executada no trimestre civil imediatamente anterior.

Parágrafo único. As reuniões de que trata o caput serão realizadas na primeira quinzena dos meses de fevereiro, abril, julho e outubro, ou em outra data acordada entre as comissões e o Presidente do Banco Central do Brasil.”

Art. 3º A Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-B:

“Art. 6º-B. O Presidente do Banco Central do Brasil enviará às comissões temáticas pertinentes do Congresso

Nacional:

I – ao final de cada trimestre civil, o Relatório de Inflação instituído pelo art. 5º do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999; e

II – após cada reunião do Comitê de Política Monetária – Copom, as respectivas atas.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia útil do trimestre civil imediatamente posterior ao da data de sua publicação.

Art. 5º São revogados os arts. 3º, 4º, 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado JOÃO MAIA
Relator